

Cómo citar este artículo:

Baptista-Lewgoy, A.M., dos Santos, C.M, Castro-Maciel, F.C., Freitas-Pereira-Coelho, K.A., Ferreira Clemente-Morais-Tomé, M.R. (2025). Fundamentos Críticos do Serviço Social em Portugale Crise do Capital. *Revista Eleuthera*, 27(1),127-143. <http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.7>

Fundamentos Críticos do Serviço Social em Portugale Crise do Capital

ELEUTHERA

ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY*

CLÁUDIA MÔNICA DOS SANTOS**

FABRÍCIA CRISTINA DE CASTRO MACIEL***

KATHIUSCIA APARECIDA FREITAS PEREIRA COELHO****

MARIA ROSA FERREIRA CLEMENTE MORAIS TOMÉ*****

Resumo


Este artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos, subprojeto da pesquisa maior intitulada “O Serviço Social na História: Questão Social e Movimentos Sociais - América Latina e Europa (1960–2020). Com o objetivo de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre os fundamentos críticos do Serviço Social procuramos identificar tendências no Serviço Social, respondendo à pergunta “se e como a vertente crítica se apresenta em Portugal?”. Trata-se de pesquisa documental, tendo como fonte “Fichas de Unidade Curricular” (FUC) dos Planos de Estudo das 17 licenciaturas. Evidencia-se que nas FUC das licenciaturas de Serviço Social português não há elementos que indiquem a vertente crítica marxista, na atualidade.

Palavras-chave: Crise do Capital; Serviço Social; Fundamentos Críticos; Formação Profissional em Portugal.


Resumen

Este artículo presenta los resultados preliminares de la investigación Fundamentos históricos y teóricos del Trabajo Social en Portugal: antecedentes, memoria y desafíos contemporâneos, un subproyecto de la investigación más amplia titulada “Trabajo Social en la Historia: Cuestión Social y Movimientos Sociales - América Latina y Europa (1960 - 2020)”. Esta investigación pretende ampliar y profundizar el conocimiento sobre los fundamentos críticos del Trabajo Social. El objetivo de este

* Pós-doutorado em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra/Portugal. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Brasil. Email: alzira.lewgoy@ufrgs.br


 orcid.org/0000-0002-7312-3111 **Google Scholar**

** Pós-doutorado em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra/Portugal. Universidade Federal de Juiz de Fora / Brasil. Email: cmonicasantos@gmail.com.

 orcid.org/0000-0002-5823-2950

*** Doutorado em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”


(UNESP/Franca). Universidade Aberta Portugal, Lisboa, Portugal. Email: fabriciacm@gmail.com.

 orcid.org/0000-0002-3001-5276 **Google Scholar**

**** Doutorado em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina-PR. Brasil. Email: kathiuscia@uel.br.

 orcid.org/0000-0002-1952-7633

***** Doutorado em Serviço Social no Iscte-IUL, Lisboa, Portugal. Email: rosa_tome@hotmail.com.

 orcid.org/0000-0002-1287-3146 **Google Scholar**



rev. eleuthera. Vol. 27 n.º 1, enero-junio 2025, 127-143

Recibido: 31 de marzo de 2024. Aprobado: 16 de julio de 2024

ISSN: 2011-4532 (Impreso) ISSN: 2463-1469 (En línea)

<http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.7>

texto es identificar las tendencias del Trabajo Social, respondiendo a la pregunta “si y cómo se presenta la vertiente crítica en Portugal”. Se trata de una investigación documental, utilizando como fuente las “Fichas de Unidades Curriculares” (FUC) relativas a los programas de grado. Se constata que las FUC de las titulaciones portuguesas de Trabajo Social no contienen elementos que indiquen la vertiente crítica marxista en la actualidad.

Palabras clave: Crisis del capital; Trabajo Social; Fundamentos críticos; Formación profesional en Portugal

Introdução

O artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos, a qual é subprojeto de pesquisa maior intitulada “O Serviço Social na História: Questão Social e Movimentos Sociais—América Latina e Europa (1960-2020)”, que congrega, aproximadamente, 90 pesquisadores, de 38 instituições acadêmicas, em 08 países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Uruguai, Espanha, Portugal, Reino Unido), se constituindo em uma pesquisa em rede (Santos & Iamamoto, 2022). Essa robusta investigação enfatiza os fundamentos históricos e teórico-metodológicos na ótica do Serviço Social na história, tendo por objetivo geral

elucidar a unidade e diversidade do Serviço Social na América-Latina e Europa em sua trajetória recente, a partir da apreensão da questão social na dinâmica da crise do capital, explicitando as relações estabelecidas com as lutas, movimentos e organizações dos/as trabalhadores/as e suas incidências no trabalho, na formação, na organização da categoria e na produção do conhecimento na profissão (Batistoni *e tal.*, 2022, p.9).

O referido subprojeto pretende ampliar e aprofundar o conhecimento sobre os Fundamentos do Serviço Social, tendo por objetivo geral “Realizar uma reconstrução histórico-analítica da perspectiva crítica do Serviço Social em Portugal (1970-2020)” (Santos *e tal.*, 2022, p.7). Interessamos, em especial, as particularidades dos projetos profissionais, as diretrizes interventivas que vêm conformando o Serviço Social neste país, pós Revolução dos Cravos¹, período que marca os processos de “renovação” da profissão, bem como a inserção dos profissionais em lutas sociais emancipatórias (Martins, 2017).

¹O ano de 2024 marca os 50 anos dessa revolução, datada de 25 de abril de 1974.

A orientação teórico-metodológica deste estudo, é compartilhada pela equipe de pesquisadoras/es, e construída coletivamente, por meio de simpósios realizados periodicamente – desde seu primeiro momento, e sintetizados no “Sumário Executivo do projeto da pesquisa O Serviço Social na História: Questão Social e Movimentos Sociais - América Latina e Europa” (Batistoni et al., 2022). A direção e as orientações contidas nesse documento afirmam a obrigatoriedade de rigor e aprofundamento teórico das categorias analíticas e conceituais que perpassamos eixos e objetivos da pesquisa, nomeadamente: “o anticapitalismo, o pensamento e os movimentos contestatórios, a abrangência das perspectivas críticas no Serviço Social”. E destacam que “a estes temas encontra-se subjacente a necessária explicitação da noção de crítica [...]” (Batistoni et al., 2022, p.9). A importância da noção de crítica é incontestável, tal como tratada na pesquisa, considerando, ainda, as particularidades de seu uso no Serviço Social português na atualidade.

Portanto, este artigo, além desta introdução, expõe na primeira seção a noção de crítica que nos orienta. A seguir aborda a realidade portuguesa ante a crise do capital. Essa seção possui um subitem que traz, preliminarmente, a tendência crítica no Serviço Social português, diante da crise, respondendo à pergunta “se e como a vertente crítica se apresenta em Portugal?” Posteriormente, apresenta dados preliminares de pesquisa documental, tendo como fonte “Fichas de Unidade Curricular” (FUC) relativas aos Planos de Estudo das licenciaturas de Serviço Social.

O levantamento das FUC das licenciaturas em Serviço Social foi realizado no período de janeiro a agosto de 2023, por meio dos sites das escolas, contatos telefônicos e/ou pessoalmente com as coordenações dos referidos cursos. Levamos em consideração ano letivo 2022/2023

O universo de pesquisa foram todas as 17 licenciaturas de Serviço Social em Portugal, somando 606 disciplinas que compõem seus Planos de Estudos: 530 disciplinas obrigatórias e 76 optativas¹⁰. Destas, tivemos acesso a 493 FUC, sendo 440 obrigatórias (83% das obrigatórias) e 53 optativas (70% das optativas).

Por último, sem a pretensão de esgotar o debate, o artigo expõe prévias considerações finais, inferindo que, a partir da noção de crítica em Marx, a formação em Serviço Social em Portugal não caminha nesta esteira histórico-crítico. No entanto, apesar das FUC inclinarem-se para outras tendências teórico-metodológicas, a pesquisa demonstra a presença de debates relacionados aos direitos humanos; compromisso com a democracia e justiça social; bem como oposição às posturas preconceituosas e discriminatórias. Realiza ainda a crítica à política neoliberal; o interesse pela justiça social; compromisso com os (e/i) migrantes; compromisso com a questão ambiental e de gênero.

Anoção de crítica

Desde a década de 1960/1970, segmentos de assistentes sociais latino-americanas/os vêm chamando a atenção para uma perspectiva “crítica no Serviço Social”, mesmo em conjunturas totalmente desfavoráveis, considerando o período conturbado de ditaduras nesse continente (1964 no Brasil; 1969 na Argentina; 1973 no Chile).

Em 1974, no Brasil, a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (hoje PUC/MG) lança a Revista “Crítica Social”². Em sua apresentação consta:

“Crítica Social” é uma revista que se dirige a todos aqueles que se preocupam com um *conhecimento objetivo da Realidade Social e a realização de ações concretas que visem sua transformação*. [...] É nosso propósito redimensionar, no campo epistemológico o papel da prática e isto numa *perspectiva histórica*, de construção (Crítica Social, número 1, 1974 p.7)

Em 1976, o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) e a Asociación Latinoamericana de Escuelas de Servicio Social (ALAEISS, hoje ALAEITS), publicam a revista “Acción Crítica”, afirmando que “La investigación de las condiciones concretas que exigen y posibilitan una nueva acción profesional, *el análisis crítico* de esta acción, el recoger las nuevas elaboraciones teóricas, es la tarea que se propone esta revista” (Revista Acción Crítica, 1976, p. 5). Definem sua concepção de crítica:

A crítica é teórica e concreta e só em virtude da convergência entre a instancia político-social (o concreto) e a instancia gnoseológica (abstracta) se logra o momento crítico sociológico que envolve em sua mesma raíz a falsa antinomia entre método científico e atividade política, resíduo de um presupuesto dualista in fundamento; só na superação desta diada é possível alcançar a verdadeira produção científica. (idem p.7)

Em ambas as citações, vimos uma noção de crítica como um determinado conhecimento sobre a realidade que exige rigor teórico e almejando novas ações profissionais com vistas à transformação social. Ambas caminham, já nesse período, para uma noção de crítica inspirada na acepção marxista.

Na atualidade, é muito comum tanto na literatura quanto no discurso profissional a afirmação de um “modelo crítico/radical” no Serviço Social estadunidense, europeu e latino-americano. Entretanto, a compreensão sobre esse tema é bastante diversa e teoricamente divergente.

² Grupo promotor: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS, hoje ABEPSS), as professoras: Leila Lima Santos; Diva Maria de Sousa Cunha; Wanira Nogueira Pacheco e as estudantes Maria Cristina Maciel Gravito e Gisella Luiza da Silva.

Nesta direção é pertinente a indagação: O que se compreende por Serviço Social Crítico? A que Crítica se refere?

O Sumário Executivo, além de destacar a importância das/os pesquisadoras/es afinarem a concepção de crítica, já indica qual é essa concepção, afirmando como objetivo específico “Privilegiar as concepções teórico-metodológicas, com destaque à tradição marxista e vertentes anticapitalistas, e sua repercussão nos processos de ruptura como conservadorismo” (Batistoni *et al.*, 2022 p. 9). Concepção que caminha na direção oposta à crítica pós-moderna e suas versões conservadoras, estruturalistas e pós-estruturalistas, considerando o desdobramento do acervo intelectual e cultural herdado do pensamento social na modernidade.

Segundo Tonet (2013), a teoria social nasce no seio da sociedade burguesa e expressa sua contradição: ao mesmo tempo em que esta – a sociedade burguesa – é quem possibilita a compreensão da realidade por meio do pensamento, ela impõe obstáculos à sua compreensão, como resultado exclusivo da ação humana sobre ela.

Compreender a realidade social como resultado exclusivo da ação humana é, para Tonet, o que distingue a teoria social burguesa manipulatória da teoria social crítica: “Este é o caminho da produção de uma teoria social radicalmente crítica, isto é, que, partindo dos fundamentos da vida social, apreende a possibilidade de uma transformação também radical” (Idem, p. 25). Ou melhor dizendo, é necessário superar esse modo de produção e não apenas buscar “humanizá-lo”. Somente sua superação é capaz de erradicar a luta de classes nela intrínseca. Para isso, a classe trabalhadora “precisa de uma teoria que possa convencer a multidão dos explorados de que a superação da exploração é possível, porquanto permitirá construir uma forma de sociabilidade que beneficie a toda a humanidade e não apenas uma parte dela” (Tonet, 2013 p.26).

Seguindo esta linha de pensamento, nossa pesquisa tem por fundamento a teoria social crítica de viés marxista. A crítica a que nos referimos é ao modo de produção e das relações capitalistas. Contudo, há diferentes movimentos fazendo crítica a esse sistema. Conforme Wood (2006), existe uma extensa gama de movimentos “anticapitalistas” e atitudes em relação ao capitalismo-dos que apostam em substituir completamente o sistema, aos que acreditam que ele seja a única possibilidade, por isso se conformam com a luta pela “humanização do Capital”, por transformar os sujeitos capitalistas em pessoas mais humanas e socialmente responsáveis. Ou seja, a concepção de “crítica” sustentada por nós é uma das vertentes anticapitalistas, mas não a única³.

³ Salamanca (2017) agrupa em quatro tendências o uso da categoria “crítico/a”: A Restauradora identifica-se com valores reacionários. A Conservadora admite mudanças somente para a manutenção do sistema dominante. A Setorial aborda formas concretas de discriminações, porém sem a perspectiva de totalidade, retomando fundamentos pós-estruturalistas e pós-modernos com movimentos de resistências e lutas pontuais, propondo mudanças dentro da ordem do capital. A Radical apropria-se dos fundamentos da sociedade capitalista para pensar sua necessária superação, isto é, o crítico é uma crítica à sociedade capitalista.

Conforme reafirmam Moljo e Santos (2022), a concepção de crítica que nos fundamenta é a crítica à sociedade burguesa, intencionando sua superação, tendo em vista que a dinâmica do modo de produção capitalista implica, necessariamente, a acumulação constante de riquezas e, para isso, necessita de explorar o trabalhador para sua perpetuação.

Iamamoto (2018) salienta, ainda, que a crítica só se conclui e se expressa na prática social, tendo em vista a dimensão prático-crítica do conhecimento, posta em Marx, quando este afirma que os filósofos até o presente momento só fizeram compreender a realidade, é necessário transformá-la. Sintetizando, para a autora a concepção de crítica em Marx,

Implica a incorporação dialógica dialética enraizada na história em seu vira ser (para além de Aristóteles e Hegel), que tem como contrapartida a concepção de totalidade na construção do conhecimento. Inclui, também, o desafio de retirar o véu místico que encobre as formulações ideológicas que se aprisionam nas superfícies da vida social. Procura apreender as relações sociais ocultas por detrás das aparências coisificadoras inerentes à sociedade mercantil. E é portadora de um ponto de vista de classe – que representa o trabalho e as pessoas do capital – enquanto atividade criadora da riqueza para outros, negadas aos seus produtores diretos (2018, p.26).

Assim, o Serviço Social Crítico, em nossa concepção, requer o domínio do método em Marx, que se apreende em “O Capital”, quando Marx expõe o resultado de seus estudos. Deve estar ancorado em uma concepção histórico-crítica, consoante a noção de crítica assumida por Iamamoto (1998, p. 248) “conformada na sua forma clássica, na análise marxiana da crítica à Economia Política, à Filosofia Clássica Alemã” e aos Socialistas Utópicos. O que se quer neste subprojeto da pesquisa Serviço Social na História é, a partir do pensamento histórico-crítico, entender as bases de fundamentação teórica da profissão, compreendendo a profissão na história, e não buscando uma história do Serviço Social isolada das mudanças sócio-históricas. Trabalhar na perspectiva de Marx é fazer a crítica à produção contemporânea sobre o Serviço Social. É apresentar o pensamento que pensa o Serviço Social crítico em Portugal sem reduzir à sua mera reprodução, mas sim, buscando apreender e desvelar a realidade social e a dimensão social da prática profissional, expressas através dos/as autores/as e documentos históricos.

É com esta concepção de “crítico” que esta investigação vem estudando o Serviço Social português e, nesta direção, conhecendo as diferentes perspectivas de Serviço Social vigentes nesse país, propondo-se ao diálogo respeitoso e plural com as diferentes tendências encontradas que aproximem dos princípios e diretrizes fundamentais de nossa concepção. Portanto, a fundamentação histórico-crítica ingressa duplamente nesta pesquisa: como objeto de estudo, e como método de análise investigativa.

A realidade portuguesa ante a crise do capital: aproximações ao Serviço Social crítico

Ao tratarmos os elementos da crise do capital em Portugal, é necessário compreender a essência desta crise, para além das idiossincrasias portuguesas. Nas palavras de Braz, mais do que uma crise econômica, a crise capitalista na contemporaneidade é uma crise social do conjunto das ociedade burguesa.

Ela é movida pela natureza contraditória do desenvolvimento capitalista que ao potencializar seu processo de reprodução ampliada (sua própria acumulação de capital) reproduz fatores que exponenciam suas contradições e acionam crises que, desde as últimas décadas do século XX, têm maior duração e se exprimem em períodos menos espaçados (e sem longas expansivas), alternando períodos espasmódicos de crescimento, auge, crise, recessão ou depressão (Braz, 2016, p.27).

No entanto, apesar da necessária análise estrutural da crise, é fundamental reconhecermos a relação exploratória e diferenciada entre países centrais e periféricos. No processo de financeirização do capital, é notável o endividamento das economias periféricas. Iniciando pela América Latina, na década de 1980, passando pelos países emergentes da Ásia até alcançar a Europa, em especial, os países mais pobres do Sul, como Portugal.

Neste sentido, faz-se pertinente adentrarmos brevemente nas particularidades da formação social portuguesa contemporânea. Esta é marcada pela correlação de forças sociais, políticas e econômicas, no esteio das dinâmicas e conflitos do golpe militar que derruba 48 anos de ditadura, abrindo um processo revolucionário em meados dos anos de 1970 (Revolução dos Cravos). As lutas e a consciência política da classe trabalhadora desde 25 de Abril de 1974 colocam exigências de garantias sociais e medidas econômicas de cariz socialista (nacionalização dos bancos e de setores estratégicos; reforma agrária etc.).

Essa conjuntura revolucionária tem expressão no Serviço Social. Na passagem dos anos 1960 para 1970, por ocasião da derrota da ditadura e, especialmente, em 1974, há um processo de questionamento da neutralidade da profissão, do exercício profissional em projetos de Desenvolvimento Comunitário associados ao desenvolvimentismo e à questão colonial, num contexto de resistência à ditadura e ao Serviço Social tradicional (Martins, 2017). É preponderante, para isso, o processo de politização e envolvimento de Assistentes Sociais no movimento pela liberdade sindical, distanciando-se da legitimidade atribuída pela ditadura salazarista e fazendo a aproximação às correntes do pensamento crítico pelo diálogo entre o cristianismo e o marxismo; à pedagogia de Paulo Freire; o acesso a revista Debates Sociais (CBCISS) e as produções que chegam do Movimento de Reconceituação Latino-americano (MRLA) (Eiras *et. al.*, 2017).

Segundo Martins (2017), com a Revolução de 25 de abril de 1974, tendências do MRLA, oriundas, principalmente, da Argentina, Chile e Brasil fazem-se sentir na formação profissional em Serviço Social. Profissionais e estudantes não aceitam ser chamados/as de Assistentes Sociais associados/as. Ao assistencialismo e à ditadura, identificando-se como trabalhadores/as sociais, na condição de assalariados no mercado de trabalho. (Eiras *et al.*, 2017, p. 34e 35). Igualmente, ressaltam que, no que se refere à formação, há impacto da reconceitualização nas escolas de Serviço Social em Portugal através do uso corrente de bibliografias de autores latino-americanos vinculados ao MRLA, bem como na aproximação a teóricos como Marx e Engels. Assiste-se a um aprofundamento da teorização do Serviço Social e uma maior articulação entre teoria e prática.

Martins (2017) sinaliza a importância das organizações profissionais da categoria nesse momento histórico. Destaca o papel do Sindicato de profissionais de Serviço Social (criado em 1950) e da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS-1977). Essas duas entidades contribuíram muito com a divulgação do MRLA no Serviço Social em Portugal, na realização de cursos e eventos, que tiveram como participantes expoentes deste movimento. Houve acesso às editoras estrangeiras possibilitando conhecer obras publicadas na América Latina, sendo criada a publicação “Cadernos”, com influência de Herman Kruse, Juan Mojica Martínez, Ander Egg, José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros.

Martins (2002, p. 10) aponta alguns traços principais do Serviço Social Crítico em Portugal à época: o processo de politização dos assistentes sociais por diferentes vias, refletindo na ação profissional; existência de práticas de resistência isolada como alternativas ao Serviço Social tradicional e à ditadura; recusa da neutralidade da profissão; comprometimento com os interesses das populações com quem trabalham; estratégias de práticas de consciencialização social e de emancipação; orientação para a mudança social e para a transformação dos processos e das estruturas que perpetuam a dominação e a exploração. Entretanto, a autora ressalta que essa tendência crítica além de restrita a um pequeno grupo de Assistentes Sociais portuguesas, não foi teoricamente homogênea, sendo viés marxista dessa tendência crítica, apesar de existente, pouco expressivo.

O período revolucionário (1974/1976) é, então, a referência para a vertente crítica no Serviço Social nesse país, entretanto guardando diferenças nas concepções de crítica. Conforme Santos *et al.*,

Este processo tiene su génesis durante la dictadura salazarista y marcelista, mediante la aproximación a las corrientes del pensamiento, se a por el diálogo entre cristianismo y marxismo, se a por influencia de la pedagogía de Paulo Freire junto a las primeras producciones del movimiento de reconceptualización latino-americano. (2017, p.144)

Entretanto, no 25 de novembro de 1975 ocorre uma vitória das forças contrarrevolucionárias, construindo uma hegemonia política que conduz noutro caminho. É nesta contradição

que reside o avançar do país na integração europeia, em que os princípios da liberalização, privatização e flexibilização emergem como sinônimo de desenvolvimento econômico. Neste contexto histórico desponta o neoliberalismo em Portugal.

Mais um elemento da neoliberalização diz respeito a influência do padrão norte-americano de formação dos economistas portugueses (principalmente nadécada de 1970), onde essa tendência contribuiu para formulações que visam justificar tal processo político, no domínio da ‘Nova Economia’. Reforçavam uma vasta crítica ao modelo econômico implementado pós-revolução dos Cravos, apontando para os desequilíbrios externos nacionais entre 1975 e 1978, o que leva Rodrigues afirmar que

o neoliberalismo em Portugal é um projeto político-ideológico que ganha densidade intelectual e credibilidade política como contraponto à forma de economia política saída do 25 de Abril de 1974 e traduzida na Constituição da República Portuguesa (CRP) de pendor socialista de 1976. (Rodrigues, 2022, p.202)

O que Rodrigues (2022) descreve é justamente o modo como o neoliberalismo ganha forças e reconfigura o papel do Estado em Portugal diante das contradições entre o rescaldo do processo revolucionário e a gradua linteграção do país na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Verifica-se nesta esteira as imposições de ajustamentos econômicos do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴ durante o governo do Partido Socialista liderado por Mário Soares e inicia-se as revisões Constitucionais⁵ com o objetivo de extenuar as conquistas da classe trabalhadora. Em síntese afirma Rodrigues que “O essencial da economia política neoliberal foi fixado entre 1986 e 1992, entre a entrada na CEE e a adesão ao Sistema Monetário Europeu, com a abolição definitiva dos controlos de capitais, no caminho para o euro.” (Rodrigues, 2022, p.203)

Retomando a relação centro-periferia, no contexto de dominação imperialista, Portugal enquanto país de parca industrialização, não acumulou forças econômicas, políticas nem militares, determinando sua condição semiperiférica. Assim, os governos sucumbiram a resistência ao efeito da unificação: “este viria a ser adotado no Ato Único Europeu (1986) e no Tratado de Maastricht, de 1991 (que marcam a cedência da “Europa” ao Consenso de Washington), confirmado como filosofia de vida da “Europa” com o Tratado Orçamental” (Nunes, 2022, p. 133).

Neste compasso, a crise que eclodiu em 2007 e 2008 acentuou o caráter destrutivo do modo de produção capitalista, marcada pela estagnação econômica, atestada por baixos índices de

⁴ Primeiro ajuste do FMI em 1977-1978 e, mais tarde, no período de 1983-1985.

⁵ A primeira revisão da CRP foi realizada em 1982. Seguida das revisões de 1989 já feita nos moldes neoliberais, com a preservação de alguns aspectos sociais relevantes. Também cabe apontar as revisões de 1992; 1997; 2001; 2004 e 2005.

crescimento. Tal crise expressa a hierarquização entre as nações que perpetuaram relações nas quais os países centrais fortalecem os seus mecanismos de dominação e exploração sobre os periféricos. O que, de acordo com Braz, “levou de roldão todas as economias interdependentes no âmbito do movimento mundial de capital, enfraquecendo ainda mais as nações de economias mais dependentes dos investimentos externos” (Braz, 2022, p. 8).

No seio da zona do euro a crise da dívida foi um fator que deixou em evidência a profunda diferenciação das economias nacionais, demarcada pelo grupo liderado pela Alemanha mais os Países Baixos e a Áustria e, noutro lado, o grupo composto justamente por Grécia, Portugal e Espanha. Intermédio a eles encontram-se a França e a Itália (Idem, p. 13).

Neste contexto, o Estado passa a ter suas funções modificadas, de forma a acentuar “sua funcionalidade para o processo de acumulação de capital, ampliando funções coesivas e participando da reprodução social da força de trabalho” (Braz, 2016, p. 43).

Salienta-se que a forma como o Estado intervém na crise, neste momento, se diferencia de outros momentos de crise do capital, se faz por meio de políticas fiscais e orçamentárias, bem como por estratégias comerciais e políticas internacionais na competição com outras áreas e polos geoeconômicos. Em “contrapartida a resposta à recessão tem levado a reduzir os impostos sobre os mais ricos, assim acentuando o défice fiscal e obrigando em consequência a cortes nos investimentos e apoios sociais” (Louçã, 2011, p. 162).

A orientação do Estado se volta a criação de condições favoráveis de acumulação do mercado interno, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, desempenhando ações as mais variadas, tais como o desenvolvimento da ciência e da pesquisa de acordo com os interesses monopolistas.

As medidas impostas pela *Troika*⁶ levou Portugal à um derradeiro e brutal processo de desnacionalização de sua economia que aprofunda sua condição periférica na divisão internacional do trabalho, em especial no âmbito das relações entre os estados-membros da União Europeia (Braz, 2022).

Nas análises de Lopes; Louçã e Ferro, Portugal se configura a partir de uma grande concentração de riqueza, fazendo do país, a sociedade mais desigual da União Europeia: “um milhar de pessoas acumula capital no valor de metade do produto nacional e dominam o país” (2017, p. 27).

No domínio do capitalismo neoliberal e da frugal realidade da população portuguesa, as consequências econômicas, políticas, sociais e ambientais da crise arrastam o acirramento da *questão social* que se

⁶ Programa de resgate financeiro imposta por dirigentes do mercado financeiro na Europa composta pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, a partir de 2011.

manifesta: pelo desemprego; precarização da inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho; rebaixamento dos rendimentos dos trabalhadores, desvalorização da força de trabalho portuguesa e a super exploração do trabalhador imigrante; emigração de trabalhadores; impulsionamento da “novidade” do empreendedorismo – na lógica da *uberização* das atividades; supressão de direitos sociais e restrição ao acesso nas políticas públicas; redução das políticas de seguridade social; o fomento de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), dentre outras.

No epicentro da crise, o chamado Processo de Bolonha (PB) é implementado em Portugal, com o objetivo de “harmonizar a arquitetura do sistema Europeu de Ensino Superior”, cumprindo assim mais um dos desígnios da construção do projeto neoliberal. Impôs um modelo de formação em 3 ciclos curtos (1.º, 2.º e 3.º), sendo a graduação [3 anos], mestrado [2 anos] e doutorado [de 3 a 4 anos] com o objetivo de aumentar as qualificações. O parecer elaborado pelos conselheiros relatores/coordenadores das Comissões Especializadas das Permanentes (Parecer n.º2/2004 de 18/2) afirma uma dimensão social do PB, a de fortalecer, por um lado, a coesão social e, por outro, reduzir as desigualdades nos planos nacionais e europeus e, assim, “não abandonar o conceito de que a educação superior é um bem e uma responsabilidade pública”⁷.

Contudo, o PB constituiu mais um elo da construção do projeto neoliberal adequando o Ensino Superior europeu aos interesses do grande capital financeiro. São diversas as reações críticas e de denúncia, quer em relação ao PB em si, quer às suas consequências políticas, económicas e sociais. Louçã (2008) diz que o PB “desqualifica e mercantiliza o ensino universitário”²⁰ 08, s/p). A promessa do reconhecimento dos cursos e a partilha de conhecimento ao nível do espaço europeu acabou por se revelar numa “forma de desvalorização das licenciaturas e mestrados e, conseqüentemente, na desvalorização da mão-de-obra (agora menos qualificada) que, cada vez mais, vive a precariedade” (idem, s/p.). As desigualdades cresceram na sociedade portuguesa, o desemprego aumentou, bem como a precariedade entre os jovens e os recém-licenciados.

Comparando as despesas públicas do ensino superior em Portugal com a União Europeia (Bélgica, Alemanha, França e Holanda), Eugénio Rosa afirma

conclui-se que, no período 2015/2018 (...), a do nosso país foi cerca de três vezes inferior à desses países, o que determinou que o atraso do nosso país em relação a esses países, numa área vital para o crescimento e desenvolvimento de Portugal, que já era elevado acentuou-se ainda mais (...). No ensino superior em relação a muitos destes países a disparidade em relação a Portugal ainda foi maior: Bélgica: +16,9%; Alemanha: +19,2%, Holanda: +25%, Portugal apenas + 4,5%, o que significa um crescimento médio inferior a 1%. E a situação não se alterou significativamente depois de 2018” (Rosa, 2021, s/p.)

⁷Foi relator, o Prof. Dr. Adriano Moreira. Parecer N.º2/2004/ CNE publicado D.R. N.º200, II série de 25-08-2004.

Os/as estudantes foram/são as suas grandes vítimas (Rosas, 2006, Lopes & Costa, 2012). A discriminação no acesso ao ensino e as suas consequências são claras. Previa Rosas (2006) que a “massa de graduados semiqualificados, com competências médias razoáveis que vão servir de força de trabalho altamente móvel, precária e mal paga para servir as necessidades do mercado(...) aumentará a discriminação económica no ensino”; e Lopes & Costa confirmaram que “as desigualdades sociais no acesso e no sucesso não desapareceram, mas também não ficaram inalteradas” (2012).

Louçã (2021) refere-se ao Processo de Bolonha(PB) como um dos eixos do projeto neoliberal português, com a americanização do ensino, a produção de uma elite liberal e a submissão do trabalho à precarização.

Portanto, as aproximações às particularidades da formação social e dos processos políticos e económicas do país, com destaque neste artigo para o período pós-revolução de 1974, engendram as condições objetivas da classe trabalhadora e de suas/seus estudantes, conformando um modo de apropriação e formação (neoliberalizantes) que reflete nas dinâmicas da sociedade portuguesa e, especificamente, as construções e desafios do Serviço Social. João Teixeira do Amaral (apud Braz, 2016, p. 69) afirma que

na área da Economia pouca gente tem interesse se quer pelas ideias keynesianas. *Marxismo muito menos*. Mesmo na área das Ciências Sociais e Humanas (...) notei um reduzido interesse e um incômodo distanciamento do debate em torno da crise (Grifo nosso).

E o Serviço Social não parece fugir a essa realidade Martins (2017) afirma que a influência marxista no Serviço Social português se dilui em finais da década de 1970 e 1980, como movimento contrarrevolucionário, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), com a incorporação do neoliberalismo e adesão ao Processo de Bolonha, fortalecendo os princípios da liberalização, privatização e flexibilização como sinónimo de desenvolvimento económico.

Nesta perspectiva, indaga-se como vem se configurando a vertente crítica marxista na formação profissional portuguesa? Para responder esta questão, nossa investigação vem realizando pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Iniciamos pela pesquisa documental, analisando as Fichas de Unidade Curricular(FUC)⁸ considerando os elementos que compõem este documento: nome da disciplina, objetivos, competências, programa/conteúdo programático, metodologia de ensino, avaliação e referências bibliográficas. É sobre isso que trataremos a seguir.

⁸ Documento anual, feito pelo docente responsável pelas unidades curriculares e ministrada, de acordo com as orientações do curso.

A tendência crítica no Serviço Social português hoje: uma análise preliminar

Apresentamos, aqui, uma análise preliminar da pesquisa documental realizada nas FUC – Fichas de Unidade Curricular das 17 licenciaturas⁹ em Serviço Social de Portugal, ao qual somam o universo de 440 FUC obrigatórias e 53 FUC optativas¹⁰. Essa pesquisa documental constituindo-se de primeiras aproximações ao material estudado. É incontornável a observação de que as FUC são um instrumento formal no sistema de ensino superior do país, portanto, legítimo para análise quanto à formação em Serviço Social português e os seus desafios no contexto de crise do capital, porém com limitações.

As mesmas são documentos que, a rigor, devem ser seguidos pelos docentes, contudo, considerando a relativa autonomia no exercício da docência, sabemos que na dinâmica da sala de aula, as/os professoras/es podem realizar alterações nas disciplinas, o que incide nas tendências da formação. Acrescenta-se que tal instrumento deve gerar correspondência às exigências da Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES), que por sua vez segue orientações do Processo de Bolonha, o que influencia a direção, a organização e os pressupostos da estrutura dos Planos de Estudo. Daí sermos cientes dos limites desta pesquisa documental, que serão minimizados com as etapas da pesquisa bibliográfica e de campo.

Ao ponderar os pressupostos apresentados no tópico “A noção de crítica”, procuramos, neste artigo, conhecer como vem se configurando as tendências do Serviço Social no processo de formação profissional, considerando aspectos estruturais e conjunturais, priorizando o estudo das FUC que tratavam em seu programa temas como: pobreza, desigualdade social, luta de classes, trabalho, exclusão social, relações de exploração/opressão de classe, gênero, raça, etnia e outras, bem como pelos desafios de enfrentamento junto aos movimentos sociais e lutas sociais. Os resultados que apresentamos a seguir são considerações preliminares que serão aprofundadas no decorrer da pesquisa.

Especificamente no entendimento da tradição marxista na formação profissional em Portugal atualmente, vimos que – diferente da década de 1970 onde houve uma aproximação, mesmo que mínima, aos autores marxista, principalmente Marx e Engels, essa vertente teórica é praticamente inexistente, como leitura da realidade.

A referência a essa tendência é residual e aparece muito pontualmente em algumas unidades de Sociologia ou nas disciplinas que abordam o que denominam de “teoria do Serviço Social”. Nos conteúdos de Sociologia são referenciados nos “principais contributos de seus fundadores”

⁹ Em Portugal o ano letivo inicia-se no mês de setembro e termina em julho do ano seguinte.

¹⁰ Com o Processo de Bolonha e a redução significativa do tempo da formação, não existiu qualquer definição de currículo mínimo ou diretriz orientadora dos Planos de Estudo. Os PE são diversificados e houve um incentivo a ampliação de disciplinas optativas nos cursos, como forma de flexibilização do currículo.

onde são citados Auguste Comte; Émile Durkheim; Karl Marx; Max Weber; ou inserido no conteúdo intitulado “Abordagens Estruturalistas do Social”, junto com Durkheim e Parsons, ou seja, tratando Marx como estruturalista, o que é um equívoco de interpretação.

Nas FUC analisadas, identificamos poucas menções à perspectiva crítica. Identificamos apenas 13 menções a esta perspectiva e quando mencionadas, aparecem como uma das teorias que embasam o Serviço Social, com o objetivo de “Refletir sobre as teorias sociopolíticas do Serviço Social na contemporaneidade centradas na pessoa/sociedade (Serviço Social estrutural, Pós-estrutural; Radical; Crítico, Feminismo, Racismo, Sustentabilidade ambiental), a partir de uma abordagem epistemológica. Nessas o MRLA é destacado como um momento de aproximação à perspectiva crítica. Importante destacar que esse movimento é mencionado na maioria das IES, seja em conteúdos de História do Serviço Social, seja no debate das “Teorias do Serviço Social”.

Com um ensino aligeirado pelo Processo de Bolonha e fortalecimento de ideias neoliberais vimos que conteúdos programáticos que tratam da realidade portuguesa e da relação desta com o sistema capitalista é bastante reduzido, poderíamos afirmar quase inexistente, encontramos apenas duas FUC que trazem o Capitalismo como tema central, ambas em uma mesma IES.

Há uma atenção especial em conhecer a realidade social, entretanto, focando nos problemas sociais. Não aparece esse debate associado à questão social, entendida como:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.
(Iamamoto, Carvalho, 2006, p.77)

Coerente com a quase ausência de conteúdos sobre a categoria questão social, não vimos disciplinas que contemplassem estudos exaustivos sobre questão social em Portugal. Nas palavras de Yamamoto e Carvalho (2014, p. 20) a profissão “só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas” e tais “condições que peculiarizam o exercício profissional são a concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade em determinadas conjunturas históricas” (2014, p. 81). Nesta direção privilegiar estudos sobre a conjuntura atual, a realidade social, as transformações societárias, são condições para um trabalho profissional comprometido com os interesses da classe que requisita os serviços do Assistente Social.

Nas referências bibliográficas, contidas nos programas, encontramos restritas indicações de autores (as) do campo marxista¹¹. Essas se fazem presentes nas unidades que trazem as diferentes tendências do pensamento social; nas unidades de Sociologia; Economia; Ética e Serviço Social.

Da mesma forma, se na década de 1970 há influência de autores/as latino-americanos, principalmente de língua portuguesa, vimos que as indicações nas FUC de referências bibliográficas brasileiras estão reduzidas¹².

Chama a atenção os referenciais teóricos específicos da área de serviço social de algumas FUC que estão disponibilizados no idioma inglês, o que demonstra uma tendência de aproximação com os princípios de Bolonha e a neoliberalização da educação, enquanto um projeto político, conforme supracitado nos apontamentos retirados de Louçã (2021). Os princípios contidos no Processo de Bolonha induz em à preparação de trabalhadores precários para um mercado de trabalho cada vez mais fragmentado, para realização de tarefas, fruto da transformação de políticas públicas em projetos e programas a termo, a cargo das organizações privadas, mas com financiamento público, europeu.

Considerações Finais

Para Yamamoto (2018) a crítica em Marx requer conhecer com rigor e profundidade as obras de seus interlocutores e sua inserção histórica. Requer, igualmente, desvendar os compromissos e interesses de classes que veiculam, identificando avanços, artimanhas e fetiches que portam e os fazem, inclusive, questionar a própria produção marxista. É uma teoria que privilegia a história como processo e o diálogo com seus intérpretes. Implica diálogo como diferente, não devendo, entretanto, confundir-se com ecletismo¹³, isto é, juntar ideias e concepções que teoricamente se negam mutuamente – é conciliar o inconciliável. Para isso é necessário incorporação da lógica dialética e concepção de totalidade: apreender as relações sociais ocultas por trás da aparência da realidade. Necessariamente, essa noção de crítica tem como ponto de partida as relações de classe.

Nessa direção, podemos afirmar a partir da análise das FUC, que a formação em Serviço Social em Portugal não caminha na tendência histórico-crítica de cariz marxista. Entretanto, encontramos, em grande medida, uma atenção às necessidades da população; à defesa de direitos

¹¹ Podemos exemplificar com indicações de Marx, Karl & Friedrich Engels; somente de Friedrich Engels. Para além dos próprios Marx e Engels, algumas referências de autoras brasileiras, do campo marxista, tais como, Elaine Behring, Iolanda Guerra; Maria Lúcia Barroco e Marilda Yamamoto.

¹² Em conversas com docentes portuguesas essas avaliam que essa redução nas FUC não expressam a realidade. Consideram que os/as autores/as brasileiros/as são utilizados/a, porém para cumprirem orientações do processo de Bolonha e da A3ES não as citam nos Programas.

¹³ Tomamos emprestado a concepção de Tonet (1995, p.35) sobre ecletismo, que se constitui “na liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador, sem, contudo, verificar com rigor a compatibilidade de ideias e paradigmas diferentes ,resultando numa verdadeira “colcha de retalhos”. Negar o ecletismo não significa negar à necessidade de se conhecer profundamente as diferentes matrizes do conhecimento.

humanos; compromisso com a democracia e justiça social; oposição às posturas preconceituosas e discriminatórias; crítica à política neoliberal; interesse pela justiça social; compromisso com os(e/i) migrantes; compromisso como questão ambiental e de gênero. Enfim, que seguem os princípios e valores do Código Deontológico do Assistente Social de Portugal, reformulado em 2018.

Até agora respondemos que não há, na formação em Serviço Social em Portugal, na atualidade, aproximação ao pensamento crítico marxista. Resta-nos responder à pergunta “quais são as tendências teóricas do Serviço Social português? Há alguma que pode dialogar com a perspectiva marxista? É o que queremos conhecer na continuidade desta investigação.

Referências

- Agência Lusa. “Rosas(BE) desafia docentes e alunos a rejeitar processo Bolonha”. 21 Fevereiro 2006, 08:01 .In:https://www.rtp.pt/noticias/pais/rosas-be-desafia-docentes-e-alunos-a-rejeitar-processo-bolonha_n_26048, consultado em 3.2.2024.
- Batistoni, M. RETAL (2022) *Sumário Executivo do Projeto de Pesquisa O Serviço Social na História: Questão Social e Movimentos Sociais - América Latina e Europa (1960 – 2020)*.
- Braz, M. (2016). *Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas.
- Braz, M. (2022). Crise contemporânea e política imperialista. In: Fernandes, Luis Eduardo (org.) *Introdução ao Imperialismo tardio*. Recife: Ruptura.
- CELATS; ALAESS (1976). *Revista Acción Crítica*. Apresentação. Lima/Peru.
- Eiras, A. A. L. T. S. & C. M. Santos (2017). Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais: os movimentos contestatórios no serviço social europeu e norte-americano no período de 1960 a 1980. Trabalho aceito para publicação e apresentação oral no *XIII Congresso Estatal e Iberoamericano de Trabajo Social*. Mérida/Espanha, outubro.
- Iamamoto, M. V. (2018) Perspectivas Críticas no Serviço Social na América Latina e Interlocuções Internacionais. IN: MORGADO, R. (org.) *Lutas e Resistências ao Conservadorismo Reacionário – Jornada Internacional de Pesquisadores*. RJ: UFRJ/PPGSS. Coleção Carlos Nelson Coutinho, v.2. p 225 a 256.
- Lopes, J. T.; Louçã F.; Ferro, L. (2017). *As classes populares. A produção e a reprodução da desigualdade em Portugal*. Lisboa: Bertrand editora.
- Louçã, F. (2008). “Processo de Bolonha” desqualifica e mercantiliza o ensino universitário”. Em *Ensino Superior: Processo de Bolonha “desqualifica e mercantiliza ensino universitário”- Francisco Louçã em 22 abril, 2008*. In <https://www.jn.pt/arquivo/2008/ensino-superior-processo-de-bolonha-desqualifica-e-mercantiliza-ensino-universitario---francisco-louca-934914.html/amp/>, consultado 3.2.2024.

- Louçã, F. (2011). *Portugal Agrilhoado. A economia cruel na era do FMI*. Lisboa: Bertrand.
- Louçã, F. (2021). *O Futuro Já Não é o que Nunca Foi. Uma teoria do presente*. Lisboa, Bertrand Editora.
- Martins, A. (2002) Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura em Portugal. *I Congresso Nacional de Serviço Social*, Aveiro/ Portugal. 23 e 24 de maio.
- Martins, A. (2017). Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n° 40, pp. 40-56.
- Marx, K.; Engels, F. (2001). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Moljo, C.; Santos, C.M. (2022). Critical Social Work in Brazil: historical, theoretical and methodological developments In: *The Routledge Handbook of International Criticas Social Work: New Perspectives and Agendas*. 1ed. New York: Routledge.
- Nunes, A.A. (2022). A integração Europeia: um projeto imperialista. In. *Introdução ao imperialismo tardio*. Recife: Ruptura.
- Rodrigues, J. (2022). *O Neoliberalismo não é um slogan: uma história de ideias poderosas*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosa, E. (2021). O nível de escolaridade da população ativa em Portugal continua a ser muito inferior à mediada U.E. sendo um obstáculo ao desenvolvimento do país e um fator para ser um dos países mais atrasados apesar dos fundos comunitários recebidos; Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt –27/6/2021, consultado em 3.2.2024.
- Tonet, I. (1995). O pluralismo metodológico: um falso caminho. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Editora Cortez, n°48, ago., p. 35-57.
- Tonet, I. (2013). Teoria Social Crítica: do que se trata? In: Alcântara, M. N; Pimentel, E; Souza, R. M. de (Orgs). *Em defesa do Pensamento Crítico: relações sociais, trabalho e política*. Maceió: EDUFAL, PP.135a154.
- Wood, E.M. (2006). O Que é (Anti)Capitalismo .In: *Revista Crítica Marxista*, pp. 37-65.
- Santos et all. (2022). Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos. Projeto de pesquisa, subgrupo Portugal.
- Santos, C. M.; Yamamoto, M.V. (JAN/JUN 2022) “A História pelo Avesso: uma pesquisa internacional “em rede” de pesquisadores/ras” in: *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.22, n.1, p. 01-15.
- <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38033/24555>.
- Santos, C. M.; M. C. B.; Martins, A. M. C. (2017) Trabajo Social Crítico ?De qué se trata? In: Martins, A.; Guerra, Y.; Carrara, V.; Xavier, M. (org.) *Trabajo y Formación en Trabajo Social. Avances y tensiones en el contexto de iberoamerica*. Granada: Universidad de Granada, pp. 135 a154.